

# Itapuã e suas maritimidades pesqueira e de paisagem sambaqueira, Vila Velha/ES

*Itapuã and its fishing and shell mound landscape  
maritimities, Vila Velha/ES*

Matheus Nascimento Nogueira  
(PPGAU-UFES/CAPES)

Martha Machado Campos  
(PPGAU-UFES/CAPES)

**Resumo:** Este artigo investiga a relação da cidade litorânea com o mar; as maritimidades em Itapuã (Vila Velha/ES) com sua pesca artesanal enquanto expressão. Apoia-se, para além da teoria do tema, em documentações e registros históricos, bem como em fontes secundárias. Revelam-se as singularidades das maritimidades de Itapuã como fenômeno sociocultural marítimo autóctone. Conclui-se que a maritimidade pesqueira em Itapuã é importante chave interpretativa das relações da localidade com o mar e sua paisagem sambaqueira.

**Palavras-chave:** mar; maritimidade; paisagem.

**Abstract:** This article investigates the relationship between the coastal city and the sea; maritime identity, particularly in Itapuã, with its artisanal fishing as an expression of that. It relies on documentation and historical records, as well as secondary sources, in addition to the theory of the subject. The article demonstrates the uniqueness of fishing maritimity in Itapuã, as an autochthonous maritime sociocultural phenomenon. It concludes that the fishing maritimity in Itapuã is an important interpretative key to the relations of the locality with the sea and its shell mound landscape.

**Keywords:** sea; Maritimity; landscape.

DOI: <https://www.doi.org/10.47456/rf.rf.2132.49278>

## Maritimidade como expressão sociocultural litorânea

O conceito maritimidade<sup>1</sup> advindo da geografia cultural francesa, se destina às relações entre as sociedades e o espaço litorâneo (Peron; Rieucou, 1996) (Claval, 1996) (Dantas, 2009) (Boudou, 2017), podendo ser sintetizado pela definição de Claval (1996) em que:

[...] de facto, uma forma cômoda de designar todas as relações de uma população com o mar aquelas que fazem parte do plano das preferências, imagens e representações coletivas em particular (Rieucou; Peron, 1996, p. 327, tradução nossa).

Em relação ao exposto, Boudou (2017) pontua que a maritimidade busca revelar a subjetividade que condiciona as relações das sociedades com o mar e o litoral e, disso, os usos e as transformações desse espaço. Sua dimensão simbólica está no fato de que os usos são condicionados pelas formas de se perceber o litoral e suas evoluções (Boudou, 2017) e que as relações das pessoas com o mar podem ser compreendidas pela abordagem cultural (Dantas, 2004). Frisa-se, assim, que as formas simbólicas são meios pelos quais se pode expressar uma cultura<sup>2</sup> (Côrrea, 2007).

Assim sendo, a maritimidade pode ser considerada como um fenômeno social (Peron, Rieucou, 1996), estando no domínio cultural (Boudou, 2017). Para Claval (2007), as relações entre os humanos e a natureza se apoiam em uma mediação cultural, e que “[...] a sociedade e a economia são produtos da atividade espacial, ela mesma estruturada pela cultura” (Claval, 2003, p.21).

Depreende-se a partir disso que a maritimidade pode ser entendida como uma expressão sociocultural litorânea, advinda de um processo perceptivo simbólico, de modo que possa dizer que:

Falar de maritimidade, é convidar à reflexão sobre as construções sociais e culturais que foram edificadas pelos grupos humanos para organizar suas relações com o mar, para se protegerem, para socializá-lo, para balizá-lo, para amá-lo. Estas construções são ancoradas evidentemente na profundidade histórica, mas ao mesmo tempo, elas são evolutivas (Peron, 1996, p.14, tradução nossa).

---

1 Neologismo criado pelos geógrafos Jean Rieucou e Françoise Peron em um colóquio; num contexto no final do século XX de estudos da geografia francesa acerca do espaço litorâneo e as relações entre as sociedades e este espaço (Boudou, 2017). Claval (2003), no artigo “A evolução recente da geografia cultural de língua francesa” afirma que os geógrafos Jean Rieucou e Françoise Peron exploraram novas perspectivas para a geografia cultural francesa desde da década de 1980. Rieucou com estudo sobre novas formas de maritimidade e Peron sobre a análise dos sentimentos de insularidade e sua evolução.

2 Essa pode ser definida como, “A cultura aparece como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, *know-how*, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis” (Claval, 2007, p.163). Para Jackson (1989) a cultura se concretiza por meio de padrões de organização social, “[...] é o modo pelo qual as relações sociais de um grupo são estruturadas e modeladas, mas é também o modo pelo qual aquelas formas são experienciadas, entendidas e interpretadas” (Jackson, 1989, p.2).

Essa expressão se manifesta espacialmente nos litorais e nas suas cidades; como já indicado acima, estando o urbano em sua dimensão cultural (Côrrea, 2007) e sabendo que “a cultura se constitui espacialmente” (Jackson, 1989, p.3). Em relação a isso, cabe indicar que a maritimidade está relacionada à paisagem, na dimensão cultural dessa última; na transmissão por gerações e no fato de que cada grupo vê a paisagem através da lógica de sua própria cultura (Claval, 2003), demonstrando assim o componente sociocultural entre a paisagem e a maritimidade.

Apesar da maritimidade ser característica das cidades litorâneas, nem todas as sociedades ali presentes estabelecem vínculos intrínsecos com o mar, de modo que “Não é porque uma sociedade vive com os pés na água que necessariamente dá muito espaço a esse elemento nessas representações” (Claval, 1996, p.327, tradução nossa).

Assim, cada sociedade litorânea molda sua cultura em relação ao mar. Nesse ponto, cabe trazer um questionamento de outra perspectiva para a discussão sobre a maritimidade para além de sua origem ocidental europeia.

Alguns autores apontam questões para os litorais tropicais, tal como a existência de complexas e variadas relações com o mar (Cormier-Salem, 1996), a exemplo das festividades e crenças relacionadas ao mar (Paz, 2020). Neste sentido, os indígenas no Brasil tinham familiaridade com o mar (Dantas, 2012). De tempo bem mais remoto, a presença dos sambaquis<sup>3</sup> indica a relação cultural dos oceanos e suas margens para as sociedades.

Vê-se assim que a maritimidade pode ser classificada e dividida em dois tipos, a interna-tradicional e a externa-moderna (Dantas, 2004). A primeira está ligada à pesca, ao comércio e a marinha nacional (Dantas, 2004 e 2009) e possui um caráter autóctone; é originária e natural do lugar. A segunda, nos termos do mesmo autor, refere-se às novas práticas marítimas; aos banhos de mar, à vilegiatura marítima e ao turismo litorâneo (Dantas, 2004) e possui um caráter alóctone e etnocêntrica. Essa última não é originária do local em que se expressa, advém de uma importação de práticas culturais nos litorais.

Essa inserção vem a modificar os litorais, de modo que “A presença dos *outros* pode ser percebida pela modificação da paisagem e da ocupação espacial” (Knox, 2009, p.133). Cabe pontuar, que a oposição entre tipos de maritimidades deve relativizada e que é um “[...] fenômeno de sociedade cujas fronteiras não são tão precisas” (Dantas, 2004, p.75) e que no contexto brasileiro as novas práticas geram uma coexistência conflituosa; havendo uma mutuabilidade da cultura (Claval, 1995).

---

3 O sambaqui; de origem etimológica tupi, é pela definição do dicionário, um depósito de materiais orgânicos e calcários que sofreram fossilização química, de origem pré-histórica. Pode ser considerado um depósito natural de cascas de ostras e outras conchas (Priberam, 2024). São vestígios arqueológicos pré-históricos de restos alimentares, ferramentas, armas, adornos e sepultamento dos que viveram no litoral (Museu Nacional, 2024).

Os novos usos, quando inseridos em contextos de práticas tradicionais, podem levar a alterações nos modos de vida, mas os impactos e as consequências são distintos para os diferentes grupos; a depender de suas vulnerabilidades. Claval (1996) considera que as martimidades estão em rápido processo de alteração; principalmente as formas tradicionais, havendo a “incorporação do mar à geografia das cidades” (Dantas, 2015, p. 393), tendo a praia como espaço de sociabilidade (Boudou, 2017), provocando uma “reordenação da apropriação espacial” (Knox, 2009, p.163).

Os impactos desse processo transformam os litorais e suas paisagens (Dantas, 2009), notadamente com as populações que praticam formas tradicionais de maritimidade, em que “[...] são privados do acesso ao mar, privados de parte dos elementos necessários ao seu percurso de vida e despojados de sua identidade” (Claval, 1996, p.331, tradução nossa).

A martimidade analisada neste artigo é a interna-tradicional; a pesca de tipo artesanal. A autoctonia é característica própria e definidora do tipo de maritimidade, bem como da pesca em que há fortes vínculos entre os seus praticantes, entre eles e o próprio local onde se pesca, seus usos, etc.

A indossiciabilidade da atividade pesqueira artesanal, seus praticantes, a cidade e o mar, atinge o cerne do conceito de maritimidade. Já que esse é focado na relação da sociedade com o mar, em sua dimensão sociocultural, estando a pesca artesanal como uma manifestação das construções sociais e culturais (Peron, 1996) das pessoas com o mar.

## **Itapuã e suas maritimidades: pesca artesanal e paisagem de samabaqui**

Itapuã<sup>4</sup> é um bairro litorâneo de Vila Velha, Espírito Santo (Figura 1). Cabe destacar que ambos, o bairro e o município, possuem vínculos com o mar e suas expressões por meio de diferentes tipos de maritimidades, e dentre essas, a pesca artesanal.

Cabe destacar que a atividade é considerada como importante vocação do município (Vila Velha, 2013), devido sobretudo à extensão de sua orla. Contudo, não é apenas na contemporaneidade em que esse tipo de maritimidade é relatada como prática cotidiana, há registros desde meados do Século XIX que indicam isso.

Esses registros deixam muito claro como era a relação das pessoas com o mar e seus habitantes pescadores (Milliet de Saint Adolphe, 1845). Nota-se a presença da “[...] maioria dos habitantes entregue a pescaria [...]” (Relatório Provincial, 1847, p.58) e ainda “[...] empregando-se a maioria dos habitantes na indústria da pesca principalmente na villa e nas duas povoações da Barra do Jucú e Ponta da Fruta” (Relatório Provincial, 1861).

---

<sup>4</sup> Há uma diversidade de grafias para o nome do bairro, a exemplo das seguintes versões contidas em documentos e registros distintos: Itapoan, Itapuan, Itapoã e Itapuã. Apesar de atualmente utilizar-se “Itapoã” e “Itapuã”, o trabalho em tela opta por “Itapuã”.

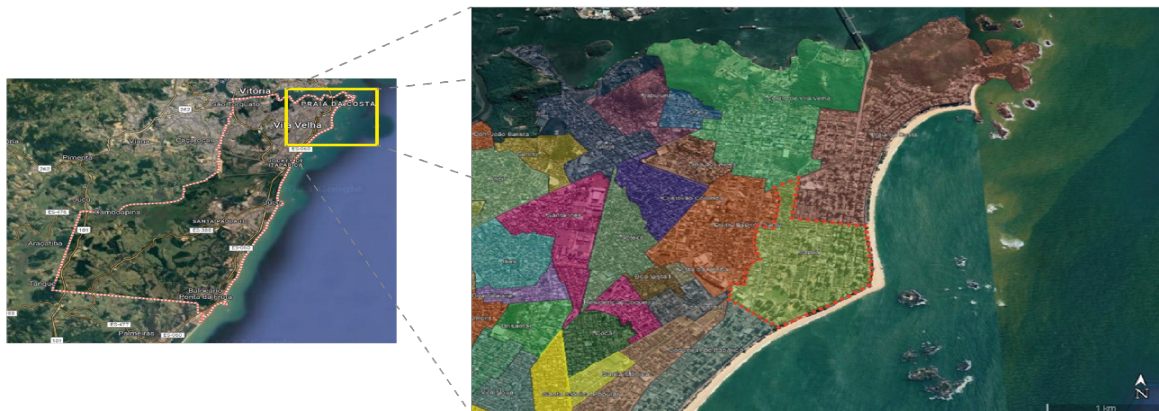


Figura 1. Localização de Itapuã no município de Vila Velha (linha amarela). Ampliação e delimitação de Itapuã com os bairros limítrofes (em tracejado vermelho). Fonte: Google Maps modificado pelo autor. Elaborado pelo autor a partir do Google Earth e de arquivo georreferenciado do tipo “KMZ” (Vila Velha, 2015). Dois mapas de Vila Velha, o da esquerda em maior escala com delimitação do bairro em retângulo amarelo. O mapa da direita é em menor escala e contém alguns bairros pintados de várias cores, Itapuã está no centro da imagem e está de cor verde-claro e delimitado em tracejado vermelho.

As características econômicas, urbanas e político-administrativas fazem com que a pesca se mantenha como atividade caracterizadora de Vila Velha, contudo, a partir da década de 1950 essas são alteradas, de modo que a pesca venha a perder força perante outras e novas atividades econômicas e sociais. Atualmente a pesca artesanal é organizada pela Colônia de Pesca de Vila Velha – Z2, “distrito pesqueiro” (Jesus, 1984, p.29), sendo composta pelas comunidades: da Prainha, da Praia do Ribeiro, da Praia da Costa, de Itapuã, de Itaparica, de Barra do Jucu e de Ponta da Fruta (Vila Velha; Gapu Soluções Ambientais, 2022) (Figura 2).

Itapuã, para além de sua característica litorânea, tem, em sua toponímia, ou seja, no nome do lugar, importante indicativo com relação ao território, identidade e cultura. Aponta-se que o nome de uma localidade carrega marca cultural e da apropriação do espaço por determinado grupo, configurando-se em elemento identitário e que articula linguagem, política territorial e identidade (Corrêa, 2007). Segundo o autor, o urbano está impregnado de toponímia, de modo que os nomes de logradouros e bairro são expressões das relações entre essas e as identidades.

O toponímio de origem Tupi pode fazer indicação ao sítio físico, se referindo à pedra redonda, bem como a atividade marítima como âncora (Carvalho, 1987). Quanto a esse último, corroborado por Navarro (2013), pode ser ferro pontudo, âncora – nesse caso advindo de entendimento dos portugueses. Já para Mazine, Rodrigues e Assis (2021) o nome significa pedra que ergue nas margens, na beira do oceano. Santos (1999) diz que o nome faz menção à proximidade com a Ilha Pituã (Figura 3) e a orientação à nascente. Vê-se assim que, em ambas as origens, a toponímia está carregada de significados relacionados ao sítio físico litorâneo ou a atividade marítima.

Local	Nome da Comunidade	Nº Famílias
Prainha	Comunidade de Pescadores Artesanais da Prainha	30
Praia do Ribeiro	Comunidade de Pescadores Artesanais da Praia do Ribeiro	15
Praia da Costa	Comunidade de Pescadores Artesanais da Praia da Costa	15
Praia de Itapuã	Comunidade de Pescadores Artesanais de Itapuã	60
Praia de Itaparica	Comunidade de Pescadores Artesanais de Itaparica	20
Barra do Jucu	Comunidade de Pescadores Artesanais de Barra do Jucu	45
Ponta da Fruta	Comunidade de Pescadores Artesanais de Ponta da Fruta	19

Figura 2. Tabela com as comunidades de pescadores artesanais constituintes da Colônia de Pesca de Vila Velha. Fonte: Vila Velha; Gapu Soluções Ambientais (2022). Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/fichas/gestaodaorla.aspx>. Acesso em: 13 dez. 2024. Tabela em dois tons de cinzas, constituída de três colunas (da esquerda para a direita – local, nome da comunidade e número de famílias) e sete linhas (cada linha para cada localidade em que há comunidades de pescadores).

A ocupação de Itapuã e os usos do seu litoral são muito anteriores à urbanização e à noção de bairro. O Sambaqui de Itapuã<sup>5</sup> (Figura 4); reconhecido institucionalmente a pouco tempo, ano de 2021 pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN, permite trazer à tona mais elementos que enriquecem os usos e a paisagem do litoral de Itapuã, colaborando para o entendimento mais ampliado das maritimidades expressas ali.

Ele é descrito na Ficha de Registro de Sítio Arqueológico – IPHAN, como:

O Sambaqui de Itapuã se trata de um sambaqui em uma ilha, denominada Ilha de Itapuã, a 200 m da costa. Pode-se inferir que trata-se de uma sambaqui, não acúmulo conchífero, pelo fato de haver muitas ferramentas líticas e perfil estratigráfico profundo, repleto de camadas com conchas, ossos de aves marinhas, esporões de arraia e plastrão de tartaruga. A ilha é muito frequentada por turistas, portanto, há sinais de antropização, como descarte de lixo. Não obstante, surgiram materiais de metal fortemente oxidado e vidro irregular, característicos do período colonial, sugerindo visita da ilha por colonos (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2021).

Os sambaquis – de etimologia Tupi, em que *tamba* significa conchas e *ki* amontoado –, apresentam característica comum da composição desse tipo de sítio e são considerados o principal vestígio da ocupação da faixa litorânea brasileira por volta de 6.500 anos AP, sendo, portanto, um tipo particular de sítio remoto, com uma complexa estratigrafia (Gaspar, 2012). Segundo o mesmo autor, AP significa antes do presente, expressão datada por convenção em 1950, devido a descoberta de técnica do Carbono 14 no início da mesma década, e ainda:

<sup>5</sup> Sambaqui registrado como sítio arqueológico junto ao IPHAN nº. ES3205200BAST00006, sobre proteção federal. Importante resquício dos humanos primários do local e marco de sua ocupação, podendo ser estruturas funerárias, demonstração das habilidades pesqueiras dos indígenas ou o quão grande era esse grupo. Informações obtidas junto ao arqueólogo Lucas Petri Gonçalves, no ano de 2023, da Superintendência do IPHAN no Espírito Santo, da Ficha de Registro de Sítio Arqueológico, do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA e do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, ambos do IPHAN.



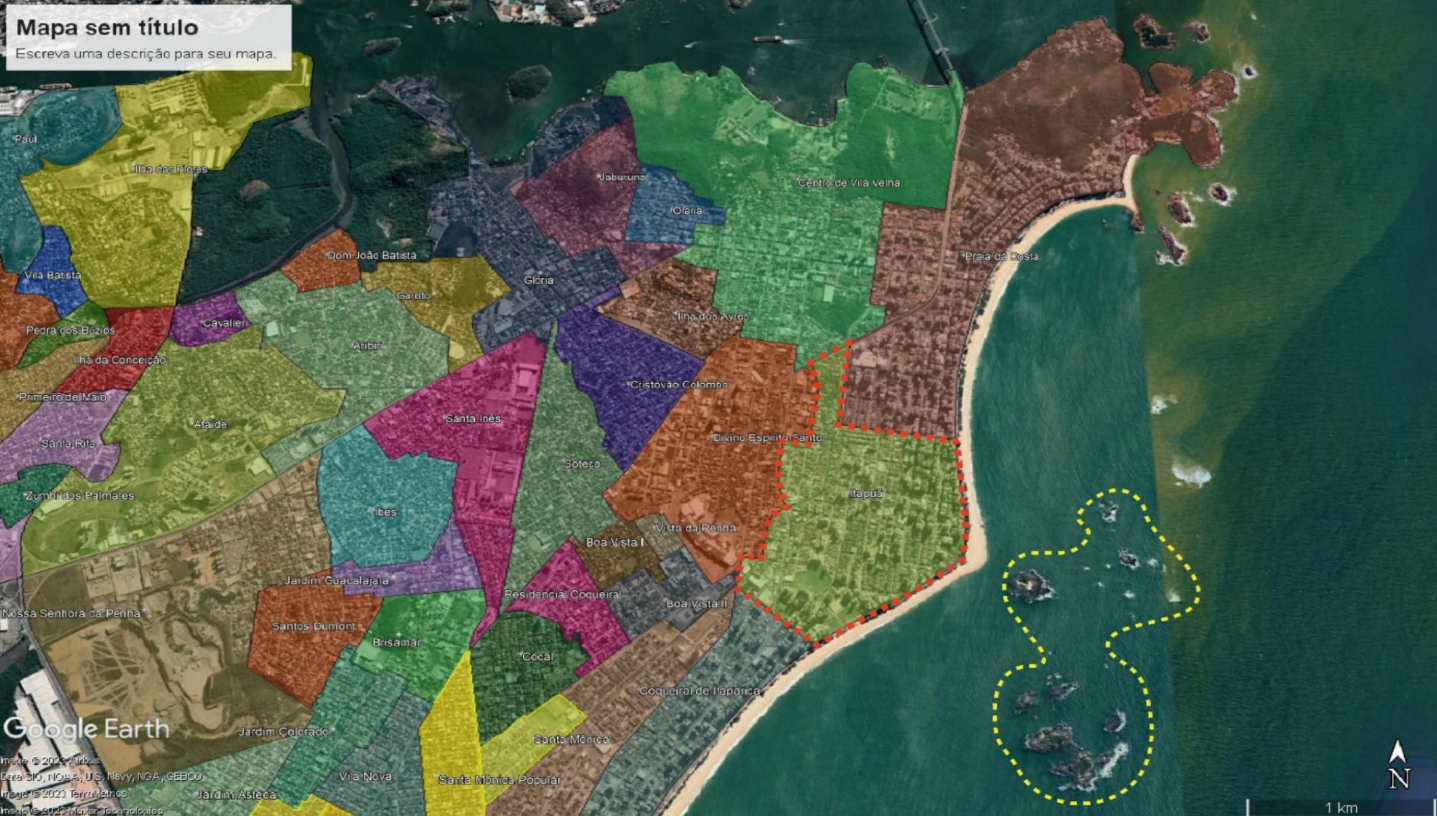


Figura 3. Localização de Itapuã (em tracejado vermelho) e a proximidade às ilhas (em tracejado amarelo). Fonte: elaborado pelo autor a partir do Google Earth e arquivos georreferenciados dos tipos “KMZ” e “KML” (Vila Velha, 2015) (IPHAN, 2021). Mapa de Vila Velha com a delimitação de alguns bairros, Itapuã está em cor verde claro e delimitado de vermelho tracejado. Há algumas ilhas à direita de Itapuã e estão delimitadas em forma orgânica em tracejado amarelo.

As datações mais antigas informam que o modo de vida dos sambaqueiros já estava presente na costa brasileira por volta de sete mil anos passados, sendo que em torno de quatro a três mil anos a costa já era intensamente povoada por esse grupo social. Os pescadores-coletores foram soberanos no litoral brasileiro até cerca de dois mil anos, período em que se inicia o deslocamento de grupos ceramistas originários da Região Amazônica e do Brasil Central em direção à costa, fato que acabou por desestruturar o modo de vida sambaqueiro e, por fim, interromper o projeto de construção de sambaquis (Gaspar, 2012, p. 82).

Deste modo, em síntese, os sambaquis são considerados a partir de trabalho social ordenado dos grupos, havendo dentre os objetivos, a construção de marco paisagístico (Gaspar, 2000). Ou seja, são marcos espaciais (Carvalho, 2012) que se destacam na paisagem (Gaspar, 2012), havendo ainda a função de marcar territórios à distância (Seta, 2024).

Esses resquícios da ocupação litorânea possibilitam entender o processo de formação dos sítios e a apropriação dos pescadores-coletores da paisagem costeira (Gaspar, 2012). Sobre isso cabe pontuar ainda que:









Figura 5. Registros fotográficos do Sambaqui (acúmulo de conchas, vistas do sítio e perfil estratigráfico profundo. Fonte: fotografias cedidas pelo arqueólogo Lucas Petri Gonçalves (2023) em visita ao sítio (IPHAN, 2021). Conjunto de seis imagens da Ilha de Pituã em que é possível ver a vegetação de restinga, rochas, acúmulo de conchas na praia e sobrepostos em camada do terreno.

O artefato arqueológico (Figura 5) em questão é descrito como localizado na Ilha de Pituã – formação rochosa de grande vínculo com Itapuã, a 200 metros da costa, remonta a uma ocupação indígena pré-colonial, sendo estrutura remanescente do grupo e marca de suas práticas no território (IPHAN, 2021). Evidencia-se assim que o território era, antes da colonização portuguesa, ocupado e praticado.

A existência em uma mesma localidade, do sambaqui e da comunidade de pescadores, tal como ocorre em Itapuã atualmente, é um fenômeno relatado pela arqueologia indicando o sedentarismo do grupo primitivo e que a localidade havia produtividade de peixes e moluscos, bem como há atualmente (Gaspar, 2000).

### De antiga vila de pescadores a bairro populoso

Há uma compreensão da localidade antes mesmo da institucionalização e delimitação do bairro devido aos relatos e aos registros históricos que indicam um entendimento sobre e onde é Itapuã. Isso fica mais evidente quando do Requerimento de Sesmaria<sup>6</sup> (século XVIII) ao Rei D. João V com datação anterior a 1749 presente no Catálogo de Documentos Manuscritos e Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822) (Leal, 2000), em que demonstra-se que havia no período um entendimento, nomenclatura e “registro” sobre o local, em que

---

6 D’Alcantara (2014) demonstra há no dia 07 de junho de 1748 uma certidão de justificação realizada pelo escrivão da ouvidoria que comprova tratativa registradas sobre a sesmaria, “[...] porque a presente certidão de justificação virem: faço saber que a mim constou por fé do escrivão de meu cargo que esta subscreveu ser a letra da certidão e reconhecimento supra, sinal público e razo dela tudo da própria mão do tabelião atual desta vila [...] nela acontecendo o que hei justificado e verdadeiro [...]” (D’Alcantara, 2014, p.193-194).

“REQUERIMENTO de Francisco de Amorim, ao Rei [D. João V] a pedir concessão de meia légua de sesmaria no lugar de Itapoã, marinha do mar grosso” (Leal, 2000, p.68).

Sobre esse documento, cabe apontar na discussão sobre a posse, a importância da pesca para a localidade, de modo que:

O senhor Francisco argumentava que a posse tinha sido cultivada pelo posseiro Miguel Soares Neves e seu filho Francisco das Neves, porém, os vice-reis não os atenderam e por este motivo suplicava sua permanência na sucessão da sua posse de pescar porque a pescaria era bastante útil para os moradores, tendo em vista a fartura do pescado na região [...] (D’Alcantara, 2014, p.193).

A partir disso, é possível entender a vinculação de Itapuã com o mar, seja ele caracterizando o local, seja pela fartura de pescados e a própria pesca. Pode-se depreender com a discussão sobre a sesmaria e seu registro documental que a atividade pesqueira era realizada e assim identificada em Itapuã, desde meados do século XVIII.

Contudo, é a partir de finais do século XIX que Itapuã para a ser indicada como local de pesca pelos registros históricos, como “[...] sendo respeitado o direito da pescaria de que fazem profissão alguns moradores d’aquella Villa” (O Horizonte, 1883, p.2) e “[...] outros ali fizessem pescarias” (A Folha da Victoria, 1884, p.2)<sup>7</sup>. Pontuam-se certos conflitos com relação a pesca a partir desses registros, por exemplo, naquele momento o proprietário das terras era contra a pesca no local. Ao longo do tempo, notam-se outros atores sociais que também são contrários a pesca em Itapuã, tendo em vista os processos de urbanização e ocupação da área.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, Vila Velha tinha sua ocupação urbana limitada ao seu sítio histórico – atual área da Prainha, estando Itapuã em uma região de fazendas de algumas famílias. Em final do século XX, a delimitação do bairro estava nas posses das famílias Oliveira Santos, Carvalho, Setúbal, Ferraz e Mascarenhas (Santos, 1999) (Vila Velha, 2004).

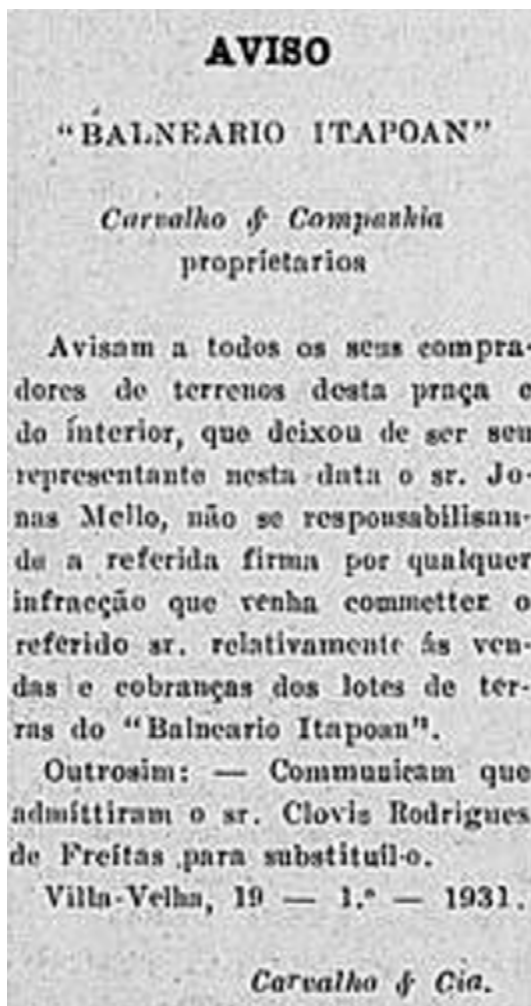
Destaca-se que os pescadores são considerados os primeiros moradores do lugar, tendo chegado na década de 1930 (A Tribuna, 1983). Assim, os pescadores são os moradores originários de Itapuã e sua ocupação em forma de ‘vila’ é afirmada como típica (Batista, 1989), em um ambiente com aspectos naturais de mangue e capoeira, ainda pouco ocupado<sup>8</sup>, e vivendo à beira da praia (Batista, 1989). O que muda em relação a dinâmica anterior dos pescadores com Itapuã é que agora passa de local em que iam pescar, para fixação de moradia e continuidade da atividade.

Nesse mesmo momento, alguns anúncios de jornais de uma companhia local (Carvalho e Companhia) indicam uma iniciativa de venda de terrenos em Itapuã,

7 Impedimento de passagem e pesca em “Itapoan” em 1884 pelo caminho da praia que desde a década de 1840 é utilizado pelos moradores de Vila Velha (A Folha da Victoria, 1884, p.2).

8 Os pescadores se dirigiam a Vila Velha através de trilhas abertas no matagal (A Tribuna, 1983), quando ainda não havia praticamente nenhum tipo de construção (Batista, 1989).

Figura 6. Anúncio jornal aos compradores de terrenos no Balneário Itapoan. Fonte: Diário da Manhã (1931). Trecho de jornal com título aviso, com texto destinados aos compradores de terrenos da Carvalho e Companhia avisando sobre troca de representante legal. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 14 out. 2022.



o chamado 'Balneário Itapoan' (Diário da Manhã, 1931) (Figura 6). Contudo, as características de não urbanização se mantiveram até as décadas de 1950 e 1960 (Santos, 1999; Vila Velha, 2004).

Interessa notar no aviso acima, que a menção ao 'Balneário de Itapoan' contém em sua expressão uma maritimidade<sup>9</sup>, ao passo que ao anunciar os terrenos, utiliza-se dos atributos marítimos e usos recreativos de Itapuã e contém nisso indicativos culturais de como a localidade era compreendida por esses atributos pela população. Corroborar-se com isso com a menção da beleza da praia de Itapuã em texto no jornal da época (Diário da Manhã, 1935).

As características do bairro passam a mudar com a implantação dos conjuntos residenciais<sup>10</sup> na década de 1960. Deixa-se de ser 'lugarinho de pescadores', passando por descaracterização devido a uma política habitacional intensificada nos anos seguintes (A Tribuna, 1983), fazendo com que o bairro

fosse descoberto como uma zona residencial (A Gazeta, 1993).

O provimento habitacional está incluso em um processo mais amplo em que Vila Velha passa por um grande crescimento populacional entre as décadas de 1960 e 1980 (Batista, 1989), relacionado a implantação de grandes projetos – no Espírito Santo e em especial na Região Metropolitana de Grande Vitória (RMGV) e a construção de infraestruturas rodoviárias (Vila Velha, 2004) (Figura 7).

Nos anos 1980, ocorrem disputas fundiárias com a comunidade de pescadores,

<sup>9</sup> Balneário significa local destinado banho (Priberam, 2024). Indica-se com isso uma percepção e uma compreensão da população para a localidade, vista como local de banhos de mar e de certa medida, de recreação.

<sup>10</sup> Construídos pela Companhia Habitacional do Estado do Espírito Santo (COHAB-ES) e pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (INOCOOP-ES).



Figura 7. Ocupação e transformação de Itapuã no tempo com delimitação do bairro em vermelho e conjuntos habitacionais em amarelo. Fonte: Fotografia 1 – déc.1970, fonte: Chalhub, 2010, acervo de Gether Lima, editada pelo autor. Fotografia 2 – 1987, fonte: Morro do Moreno, acervo de Elson Gatto Filho, editada pelo autor). Disponível em: [https://www.morrodomoreno.com.br/imagens/galerias/thumbnails/800x600/imagensobrasterceiraponte013\\_81.jpg](https://www.morrodomoreno.com.br/imagens/galerias/thumbnails/800x600/imagensobrasterceiraponte013_81.jpg). Acesso em: 23 set. 2023. Conjunto de duas imagens aéreas de Itapuã, a da esquerda é do ano de 1970 e da direita de 1987, em ambas o bairro está delimitado em vermelho e os conjuntos habitacionais marcados em amarelo.

havendo inclusive ameaça de despejo (A Tribuna, 1981). Alguns pescadores destinam suas casas para outros fins, contudo continuam pescando ali (Batista, 1989). A orla de Vila Velha passa por melhoramentos urbanos, isso traz consequências negativas para a comunidade (Goltara, 1981). O interesse imobiliário traz transformações, de modo que “Itapoã se transformava; de uma pacata vila de pescadores tornava-se um bairro de milhares de habitantes” (Batista, 1989, p.105) (Figura 8).

A construção da Segunda Ponte (1979) e da Terceira Ponte (1989) fomentam o processo de ocupação de Vila Velha. No caso da última, há uma valorização da orla do município, estando incluso Itapuã (Celante, 2014); bem como os terrenos (A Gazeta, 1993).

As características do bairro mudam sobretudo devido pressão do mercado imobiliário e da iminência da verticalização (Martins, 2022); e o discurso de no futuro ser ocupado por famílias de alta renda (Grande Vitória, 1981). A partir dos anos 1990, Itapuã passa por uma grande expansão imobiliária (Trigueiro; Knox, 2013), inclusa no processo de adensamento das áreas urbanizadas em Vila Velha (Vila Velha, 2004).

Atualmente, Itapuã passa por elevada valorização imobiliária, concentrando importante número de novos empreendimentos (Celante, 2014). Alguns pescadores moram em outros bairros, por venderem suas residências ou terrenos, contudo mesmo assim, alguns ainda moram no local (Mozine; Rodrigues; Assis, 2021).

Esses processos urbanos afetam a permanência dos pescadores, seja morando nas proximidades da praia, seja na continuidade da pesca no local. No entanto, resistem no território, coexistindo com o bairro e envoltos a prédios residenciais de alto padrão. Ainda assim, os pescadores estão presentes no cotidiano da orla do bairro por meio da pesca e de outras atividades relacionadas (Figura 9).





Figura 8. Aspectos da ocupação e da atividade da comunidade de pescadores de Itapuã no início da década de 1980. Fonte: Jesus (1984). Conjunto de quatro imagens em preto e branco da praia de Itapuã e da comunidade de pescadores, tem-se da esquerda para a direita e em sentido horário, barcos de pesca na areia da praia abaixo de árvores, casas de madeira em uma rua de terra com grandes árvores ao fundo, barraca de pesca na praia, casa de madeira com barraca de venda de pescados a frente juntamente com umas pessoas.

## A Comunidade de Pescadores de Itapuã e seus conflitos terrestre e marítimo

Os pescadores de Itapuã atuam no mar entre a Prainha e a Barra do Jucu, no litoral vilavelhense em até três milhas – equivalente a mais de 4,82 km; adentro no mar, em profundidade de 30 metros e próxima aos navios atracados. A pesca de tipo arrasto de praia ocorre próxima à comunidade e a captura de marisco (Sururu) nas ilhas próximas e em algumas áreas da Praia do Ribeiro (Mozine; Rodrigues; Assis, 2021) (Figura 10). A Comunidade de Pescadores de Itapuã é “uma das poucas comunidades pesqueiras artesanais ainda restantes na região” (Mussiello-Fernandes et al., 2018, p.4).

Os barcos utilizados pela comunidade pesqueira são as bateiras movidas a remo e medem até 04 metros. Algumas são movidas a motor de polpa, principalmente as que levam os banhistas às ilhas próximas em passeios turísticos (Mozine; Rodrigues; Assis, 2021) (Figura 11).



Figura 9. Barcos de pescadores e banhistas em Itapuã. Fonte: Capai (2012). Vista aérea da Praia de Itapuã em que há banhistas e barcos de pesca na areia.



Figura 10. Áreas de atuação dos pescadores de Itapuã, delimitação da pesca (em laranja tracejado) e cata do sururu (em vermelho). Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados de Moine; Rodrigues; Assis (2021). Mapa de Vila Velha com a delimitação no mar das áreas de pesca em tracejado laranja e das áreas de cata do Sururu em linha vermelha.

Os artefatos utilizados nas atividades pesqueiras da comunidade são o arrasto de praia – a rede de pescadinha e rede de tresmalho – pertencente ao agrupamento de redes de espera; e a pargueira e a jogada – do grupo das linhas de mão (Freitas Netto; Di Beneditto, 2007)<sup>11</sup> e a cata do sururu (Mozine; Rodrigues; Assis, 2021)<sup>12</sup> (Figura 12).

Importante pontuar que a coexistência da Comunidade de Pescadores de Itapuã e de suas atividades intensificam conflitos e disputas com o mercado imobiliário e os órgãos públicos, há ainda pressões por parte dos moradores dos prédios de alto padrão vizinhos devido à queima o sururu na areia praia – reclamação sobre a fumaça emitida do processo (Mozine; Rodrigues; Assis, 2021) (Figura 13).

Cumprir destacar que as atividades portuárias da Região Metropolitana da Grande Vitória, especificamente os navios que estão a espera para atracarem nos portos, colocam em risco os pescadores e suas atividades, pelo fato dos barcos serem de pequeno porte e de baixa velocidade e pelos navios atraírem os peixes para suas proximidades (Mozine; Rodrigues; Assis, 2021) (Figura 14).

Observa-se pela imagem acima, que as áreas destinadas às atividades portuárias da Região Metropolitana da Grande Vitória – notadamente as áreas de fundeio de números 22 e 24<sup>1314</sup>; se sobrepõem com a delimitação das áreas que os pescadores artesanais de Itapuã realizam suas atividades<sup>15</sup> – demarcadas em tracejado amarelo. Confirma-se os relatos dos pescadores sobre a espacialização e a sobreposição das áreas das práticas pesqueiras, de modo a ilustrar os impactos e os conflitos entre a pesca artesanal e o complexo portuário da região.

Confirmam-se, portanto, que a intensificação das atividades portuárias nas últimas décadas nos finais do século XX, associadas às mudanças nas infraestruturas de transportes, aos setores industrial e de logística, gera impactos na escala urbana e metropolitana (Campos, 2004). Acrescenta-se

---

11 O “Diagnóstico da Comunidade de Itapuã” foi realizado como um dos produtos do Programa de Educação Ambiental – PEA, Redes de Cidadania – RDC, da Universidade Vila Velha em convênio com a Petrobras como medida mitigadora de processo de licenciamento ambiental federal pelo IBAMA (Mozine; Rodrigues; Assis, 2021).

12 O artigo “Diversidade de artefatos da pesca artesanal marinha do Espírito Santo” é um levantamento das modalidades de pesca associando as suas espécies-alvo e os portos de pesca onde são empregadas. Estudo realizado por autores vinculados a pesquisa e monitoramento de ecossistemas marinhos (Freitas Netto; Di Beneditto, 2007).

13 Os polígonos em vermelho e numerados indicam a área do Porto Organizado de Vitória, por meio da Portaria nº. 4, de 20 de janeiro de 2021. Das áreas delimitadas e que coincidem com a delimitação da área de pesca são: 22 – Área de Fundeio nº.1 (Navios ou embarcações com prazo de espera norma), 24 – Área de Fundeio nº. 6 (Embarcações de apoio marítimo) e 25 – Área de Espera dos Práticos (VPORTS, 2023).

14 A área de fundeio, também conhecida como atracadouro ou fundeadouro é o local pré-estabelecido e regulamentado pela autoridade marítima onde as embarcações podem lançar âncoras (Porto de Santos, 2024).

15 Segundo Mozine; Rodrigues e Assis (2021), os pescadores de Itapuã atuam em até 3 milhas adentro do mar; o que equivale a mais de 4,82 km.





Figura 11. Embarcação do tipo bateira na Praia de Itapuã. Fonte: elaborado pelos autores (2023). Barco a remo azul e vermelho posicionado na areia da praia, próximo a vegetação de restinga, ao fundo alguns banhistas e após o mar e alguns prédios.

ainda nesse cenário terrestre e marítimo de conflitos e riscos aos pescadores, as infraestruturas de exploração de gás natural – gasoduto – próximas à costa, que podem trazer riscos à fauna e flora comprometendo ainda mais a atividade dos pescadores (Mozine; Rodrigues; Assis, 2021).

### **Considerações finais**

É fato que desde sempre os litorais e suas cidades estabelecem relações com o mar por meio de suas interações sociais e de trabalho. Assim, cada localidade possui maritimidades próprias, que estão em alteração no tempo e em consequência dos processos urbano-territoriais, políticos, culturais, entre outros. Isso possibilita que alterações nas percepções da população para com o mar ocorram e disso novos usos e apropriações sejam gerados.

Sabedores de que o mar exerce papel relevante e estruturante para os litorais e na ocupação do território, pode-se concluir que a dimensão simbólica e cultural das maritimidades se expressam espacialmente tanto no solo urbano quanto no marítimo em Itapuã.

Neste estudo, observou-se a maritimidade pesqueira em suas dimensões socioculturais, a partir da história urbana e da indissociabilidade entre o mar e Vila Velha; em específico, Itapuã. No caso desse último e da comunidade de pescadores artesanais, entende-se como um elemento identificador e caracterizador do local; por si e por outras práticas advindas, que possibilitam sua ocupação e existência. Essa maritimidade é única, autóctone, própria, ocorre somente ali. Isso se a partir e com os elementos que a conformam em conjunto,





Figura 12. Pescador e sua bateira em Itapuã. Fonte: Capai (2012). Barco a remo sendo empurrado por um pescador adentro do mar e o sol ao fundo.

demonstrando os vínculos do lugar e das pessoas com o mar.

Com o passar do tempo e atualmente, novos valores sociais introjetados na sociedade litorânea acarretam visões e práticas que afetam sobremaneira a ocupação urbana dos litorais. Vimos que Itapuã está incluso nesse processo, passando a ser foco de novas ocupações com seus novos usos, pressionando a manutenção e existência da comunidade de pescadores; afastando-os da localidade.

Isso gera consequências impositivas, tais como a alteração da maritimidade desse grupo, a continuidade da prática e seu caráter autóctone, ao desvinculá-la do território. Frisa-se, contudo, que apesar disso, a pesca artesanal resiste no território, sendo atividade de rico valor social e cultural para o lugar, assim como o sítio arqueológico do sambaqui.

Pontua-se por fim, que para compreender a relação de Itapuã com o mar, entendida por suas maritimidades – pesqueira e de paisagem de sambaqui, se faz necessário entender a importância da pesca artesanal e valor de proteção



Figura 13. Coexistência de edifício de alto padrão, a sede da Colônia de Pescadores de Vila Velha, peixaria e residências em Itapuã. Fonte: modificado pelo autor, Google Maps (2024). Imagem da orla de Itapuã que há um edifício de alto padrão de vidros azuis e palmeira no jardim de frente, a sede da Colônia de Pescadores com parede branca e portão e o nome em azul, uma peixaria com toldo amarelo e uma residência com vidro escuro na fachada.

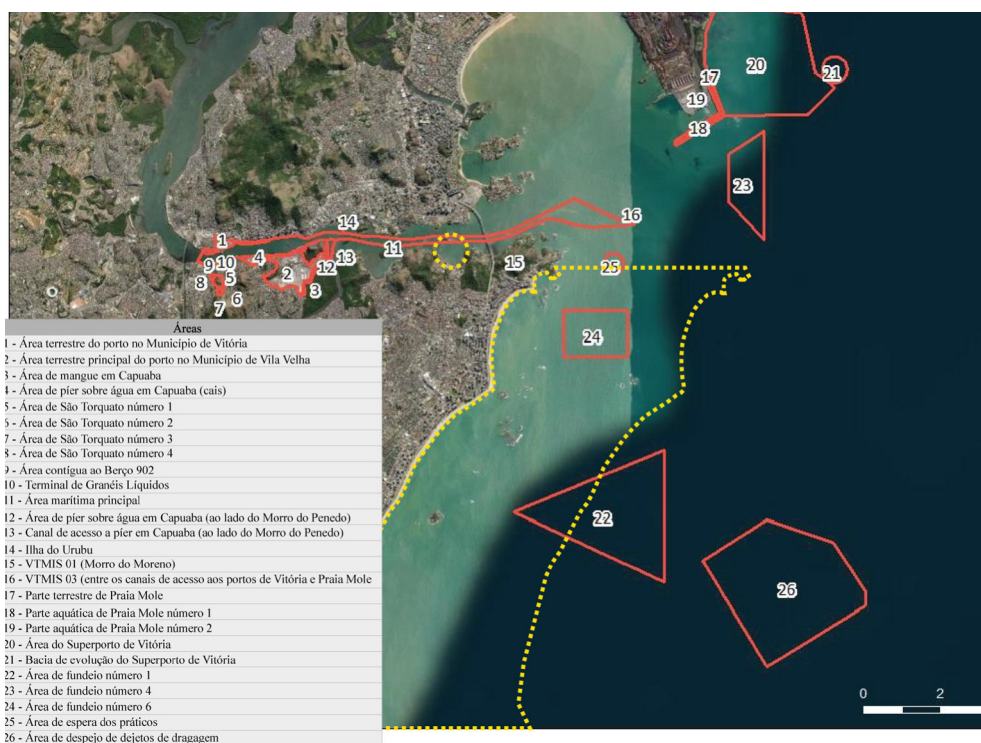


Figura 14. Sobreposição das áreas da pesca artesanal, tracejada em amarelo e das atividades portuárias, polígonos em vermelho. Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados de Mozine; Rodrigues; Assis (2021) e das informações da VPORTS (2023), disponível em: <https://vports.com.br/wp-content/uploads/2023/08/PDZ-VITORIA-2023.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2024. Mapa de parte dos municípios que compõem o complexo portuário de Vitória (Vitória e Vila Velha), polígonos vermelhos e os números indicam áreas do complexo e as delimitações em tracejado amarelo indicam áreas de pesca.

institucional do lugar, dado pelo exemplo do IPHAN ao registrar o sambaqui como sítio arqueológico sobre proteção federal. Somente assim as condições precárias para a maritimidade de Itapuã podem permanecer no tempo e espaço para usufruto de sociedades futuras. Entre perdas e danos, sem os pescadores de Itapuã, suas atividades e ocupações em terra e no mar, se teriam outras histórias urbanas e maritimidade, para o bem ou para o mal.

## Referências

AFORAMENTO perpétuo. **O Horizonte**, Vitória, p. 2, 11 set. 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=234443&pesq=itapoan&hf=memoria.bn.br&pagfis=770>. Acesso em: 14 out. 2022.

ÁREAS de fundeio. Disponível em: <https://www.portodesantos.com.br/informacoes-operacionais/operacoes-portuarias/areas-de-fundeio/#:~:text=%C3%81rea%20de%20fundeio%2C%20tamb%C3%A9m%20conhecida,uma%20embarca%C3%A7%C3%A3o%20pode%20lan%C3%A7ar%20%C3%A2ncoras>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BALNEÁRIO. **Dicionário priberam da língua portuguesa**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/balne%C3%A1rio>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BALNEÁRIO Itapoan. **Diário da Manhã**, Vitória, p.5, 21 jan. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=itapoan&pagfis=35449>. Acesso em: 14 out. 2022.

BATISTA, R. M. **Itapoã, um bairro feito de colagens**. 1989. 124 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1989.

BOLETIM. **A Folha da Victoria**, Vitória, p.2, 20 jan. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215716&pesq=itapoan&hf=memoria.bn.br&pagfis=210>. Acesso em: 14 out. 2022.

BOUDOU, C. J. **Da “cidade-saúde” à “cidade-turismo”**: a invenção da praia turística de Guarapari (ES) – uma geografia histórica dos usos do litoral. 2017. 149 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

CAMPOS, M. M. **Vazios operativos da cidade**: Territórios interurbanos na Grande Vitória (ES). Tese de doutorado. Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica – PUC/SP. São Paulo, 2004.

CAPAI, H. **Espírito brasileiro**. Vitória: Usina de Imagem, 2012.

CARVALHO, C. R. Prefácio. In: **Arqueologia na paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012.

CELANTE, S. S. A. **Gentrificação: impactos do mercado imobiliário sobre a colônia de pescadores de Itapoã - Vila Velha - ES**. 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2014.

CHALHUB, J. A. **O imaginário da cidade no pacto socioambiental de um plano diretor urbano: o planejamento urbano e a lei em Vila Velha/ES – 1948/2008**. 2009. 338 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

CLAVAL, P. **La géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.

CLAVAL, P. La maritimité à la fin du XX siècle. In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996. p. 327-334.

CLAVAL, P. A evolução recente da geografia cultural de língua francesa. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, p. 7-25, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13599/12466>. Acesso: 19 nov. 2023.

CLAVAL, P. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 147-166.

CORMIER-SALEM, M. Maritimité et litt oralité tropicales: la Casamance (Sénégal). In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996. p. 223-239.

CORRÊA, R.L. A geografia cultural e urbano. In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 167-186.

D'ALCANTARA, E. A. **Memória do menino... e de sua velha vila**. Vila Velha: Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha – Casa da Memória, 2014.



DANTAS, E. W. C. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.15, p. 63-76, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123871>. Acesso em: 11 mai. 2023.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DANTAS, E. W. C. Construção de maritimidade nas sociedades tradicionais do Brasil do passado. In: BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, A. (Org.). **Visões do Brasil: estudos culturais em geografia**. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012. p. 87-112.

DANTAS, E. W. C. Incorporação do lado mar à geografia das metrópoles nordestinas - DOI 10.5216/bgg.v35i3.38830. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 380–396, 2015. DOI: 10.5216/bgg.v35i3.38830. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/38830>. Acesso em: 14 dez. 2024.

ESPIRITO-SANTO. In: MILLIET DE SAINT ADOLPHE, J. C. R. **Diccionario geográfico, histórico e descriptivo, do Imperio do Brazil**. Paris: Casa de J. P. Aillaud Editor, 1845. p. 353.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente (1846-1848: Ferraz). **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa Provincial em 23 de maio de 1847 por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1848. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=287130&Pesq=vila+do+espírito+santo&pagfis=354>. Acesso em: 13 out. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente (1861-1863: Pereira). **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa Provincial em 23 de maio de 1861 por José Fernandes da Costa Pereira Junior**. Vitória: Tipografia Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1861. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=287130&Pesq=vila+do+espírito+santo&pagfis=1497>. Acesso em: 13 out. 2022.

FREITAS NETTO, R.; DI BENEDITTO, A. P. M. Diversidade de artefatos da pesca artesanal marinha do Espírito Santo. **Biotemas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 107-119, jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/20736/18860>. Acesso em: 01 mai. 2023.

GASPAR, M. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GASPAR, M. Uma paisagem de respeito. In: **Arqueologia na paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012. p. 80-91.

GOLTARA, G. Praia de Itapoã. Uma bucólica e tranquila colônia de pescadores ameaçada pelo asfalto. **A Gazeta**, Vitória, p.5, 27 dez. 1981. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170314\\_aj18111\\_bairro\\_itapoa\\_vilavelha.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170314_aj18111_bairro_itapoa_vilavelha.pdf). Acesso em: 18 out. 2022.

GONÇALVES, L. P. **NBR 6023:2000** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por nogueiranmatheus@gmail.com em 20 abr. 2023.

GRANDE VITÓRIA, 1981. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/Record/12387#details>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IMOBILIÁRIA ameaça despejar pescadores da praia de Itapoã. **A Tribuna**, Vitória, 12 ago. 1981. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802\\_aj06822\\_invasao01.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802_aj06822_invasao01.pdf). Acesso em: 18 out. 2022.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sistema integrado de conhecimento e gestão. **Sambaqui de Itapuã**. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/3270>. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. **Ficha de Registro de Sítio Arqueológico - Sambaqui de Itapuã**. Vitória, 2021.

ITAPOÃ: um bairro de participação popular. **A Tribuna**, Vitória, p. 6, 25 ago. 1983. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170314\\_aj18109\\_bairro\\_itapoa\\_vilavelha.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170314_aj18109_bairro_itapoa_vilavelha.pdf). Acesso em: 18 out. 2022.

ITAPOÃ. In: CARVALHO, M. R. **Dicionário tupi (antigo) português**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1987. p. 111.

ITAPUÃ. In: CARVALHO, M. R. **Dicionário tupi (antigo) português**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1987. p. 111.

ITAPUÃ. In: NAVARRO, E. A. **Dicionário de tupi antigo: a indígena clássica do Brasil**. São Paulo: Global, 2013. p. 194.

JACKSON, P. **Maps of meaning**. Londres: Routledge, 1989.

JARDIM Itapoã quer saneamento, saúde e educação. **A Gazeta**, Vitória, p.12, 11 mai. 1993. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170314\\_aj18102\\_bairro\\_itapoa\\_vilavelha.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170314_aj18102_bairro_itapoa_vilavelha.pdf). Acesso em: 18 out. 2022.

JESUS, A. C. **Marterra**. Vitória: Sub-reitoria comunitária - UFES, 1984.

KNOX, W. **Vivendo do mar**: modos de vida e de pesca. Natal: EDUFRN, 2009.

LEAL, J. E. F. (Org.). **Catálogo de documentos manuscritos e avulsos da Capitania do Espírito Santo**: 1585-1822. 2. ed. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2000. 162 p. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/colecao-canaa>. Acesso em: 07 abr. 2023.

MARTINS, B. G. D. A. **Cidade, caminhos e croquis**: relações entre a desnaturalização do rio da Costa e a evolução urbana de Vila Velha-ES. 2022. 195 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

MORRO DO MORENO. **Obras da terceira ponte**. Disponível em: [https://www.morrodomoreno.com.br/imagens/galerias/thumbnails/800x600/imagensobrasterceiraponte013\\_81.jpg](https://www.morrodomoreno.com.br/imagens/galerias/thumbnails/800x600/imagensobrasterceiraponte013_81.jpg). Acesso em: 23 set. 2023.

MOZINE, A. C. S.; RODRIGUES, V. M.; ASSIS, R. L. A. (Coord.). **Diagnóstico da comunidade de Itapuã**. Vila Velha: SEGEX, 2021. 56 p. Disponível em: <https://comunicaespirit Santo.petrobras.com.br/programa-ambiental/programa-de-educacao-ambiental-do-espirito-santo-pea-es.html>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MUSSIELLO-FERNANDES, J. et al. Pesca artesanal e as interferências sobre a atividade na mesorregião central do Espírito Santo. **Boletim Museu Biológico Mello Leitão**, Santa Teresa, v. 40, n. 1, p. 1-21, jan.-mar. 2018. Disponível em: <http://antigo.inma.gov.br/boletim/boletim-mbml-vol-40-janeiro-marco-de-2018/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

O INSTITUTO histórico. **Diário da Manhã**, Vitória, p.2, 26 jan. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=itapuan&pagfis=40954>. Acesso em: 07 abr. 2023.

PAZ, D. J. M. Dias de Festa no Mar: maritimidade, hierofanias e heortologia urbana na Salvador oitocentista. **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 2021.

DOI: 10.51924/revthesis.2020.v5.223. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/223>. Acesso em: 14 dez. 2024.

PERON, F. De la maritimité... . In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996. p. 13-28.

PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

SAMBAQUI. **Dicionário priberam da língua portuguesa**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/SAMBAQUI>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SAMBAQUIS. Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/arqueologia-brasileira/sambaquis.html>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SANTOS, J. **Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito Santo: fragmentos de uma história**. Vila Velha: Editora do autor, 1999.

SETA, I. O que são os sambaquis, misteriosos monumentos milenares da pré-história. **G1**, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2024/01/06/o-que-sao-os-sambaquis-misteriosos-monumentos-milenares-da-pre-historia.ghtml>. Acesso em: 10 de mar. 2024.

TRIGUEIRO, A.; KNOX, W. **Imagens da pesca artesanal no Espírito Santo**. Vitória: GM, 2013.

VILA VELHA (Município). **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável**. Vila Velha, 2004.

VILA VELHA; GAPI soluções ambientais. **Diagnóstico preliminar projeto orla Vila Velha/ES**. 2022. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/fichas/gestaodaorla.aspx>. Acesso em: 02 dez. 2022.

VOCAÇÃO Para Pesca. In: VILA VELHA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. 2013. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/desenvolvimento-economico-vocacao-para-pesca>. Acesso em: 29 nov. 2022.

VPORTS. **Plano de desenvolvimento e zoneamento (PDZ)** – versão preliminar. 2023. Disponível em: <https://vports.com.br/wp-content/uploads/2023/08/PDZ-VITORIA-2023.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2024.



### **Matheus Nascimento Nogueira**

Professor no curso Técnico em Design de Interiores integrado ao Ensino Médio na EEEFM Luiz Manoel Vellozo (2024-2025) e no curso Técnico em Condomínio na EEEFM Francelina Carneiro Setúbal (2025). Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo (2024). Arquiteto e Urbanista, Universidade Federal de São João del-Rei (2019).

ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3886-8999>

### **Martha Machado Campos**

É professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFES (1988), mestrado (1994) e doutorado (2004) em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017).

ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6911-3596>